

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022.

O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 18.385.146/0001-68, com sede na Rua Major Custodio, nº. 96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuacu, estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação pública para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Ordinária Nacional nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 05, de 05 de Janeiro de 2009, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data do credenciamento: 21 de Dezembro de 2022.

Horário: 09h:00min.

Local: Rua Major Custodio, nº 96, bairro Centro, Santana do Manhuaçu/MG.

Data da sessão: 21 de Dezembro de 2022.

Horário: 09h:00min.

Local: Rua Major Custodio, nº 96, bairro Centro, Santana do Manhuaçu/MG.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Santana do Manhuacu/MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência, neste Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de 1.2. Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto a(o) Pregoeiro(a), devidamente munidos de carteira de identidade ou documento legal equivalente; documento que o credencie a participar deste certame, tal como procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, através do qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame em nome do licitante; bem como o respectivo contrato social (ou equivalente);
- 3.2. O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo contrato social (ou equivalente).
- 3.3. O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do **Anexo II** e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.
- 3.4. O licitante ou seu representante deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do inciso VII do art. 4º da Lei Ordinária Nacional nº. 10.520/2002, conforme modelo estabelecido no **Anexo III**, documento este, que deverá ser apresentado junto com o documento de Credenciamento (**Anexo II**), quando for o caso, ou seja, não deverá ser colocado dentro do envelope de "Documentação de Habilitação".
- 3.5. Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postagem, será considerado que o licitante cumpre plenamente os requisitos.
- 3.6. A licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP –, art. 3° da Lei Complementar n. ° 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4° deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do **Anexo V e Certidão Simplificada da Junta Comercial que**



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

ateste o seu enquadramento como (ME e EPP), para fins das prerrogativas da Lei Complementar 123/06, sob pena de ser desconsiderada à condição de ME ou EPP.

- 3.7. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.
- 3.8. O credenciamento da licitante ou de seu representante legal junto a(o) Pregoeiro(a) implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.
- 3.9. Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais.
- 3.10. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o(a) Pregoeiro(a) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativos a este Pregão, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.11. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das licitantes, e na data, horário e local indicados, o(a) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão público do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contento a Proposta Comercial e Documentos de Habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. A participação neste Pregão é EXCLUSIVA as ME, EPP, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam devidamente credenciadas.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. Suspensa de participar de licitações públicas e impedida de contratar com a Administração;
- 4.3.2. Declarada inidônea para participar de licitações públicas ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 4.3.3. Estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993;
- 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

5. DA PROPOSTA

- 5.1. A proposta deverá ser preenchida conforme **Anexo IV**, em papel timbrado da licitante e via única, com linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinada pelo representante legal da licitante ou alguém com poderes para tanto.
- 5.2. A licitante poderá apresentar proposta comercial referente ao(s) item(ns) que for(em) de seu interesse, sendo que a proposta, obrigatoriamente, deverá conter os preços unitários e total de cada item(ns).
- 5.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital.
- 5.4. O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto no seguinte endereço: Rua Major Custódio, nº. 96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuaçu, estado de Minas Gerais, incluídos os valores de quaisquer gastos e despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários, trabalhistas e tributários
- 5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.6. O preço deve ser expresso em moeda corrente do país, em numeral, sendo que o valor total de cada item (ns) deverá ser expresso com 02 (duas) casas decimais.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, acaso persista o interesse da Administração e haja consentimento da licitante.
- 5.9. Em caso de divergência entre preço unitário e o total, prevalecerá o de menor preço, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Aberto os envelopes das Propostas Comerciais o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 6.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada na ata.
- 6.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.2. O(A) Pregoeiro(a) classificará a proposta de menor preço/maior desconto do item, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço/maior desconto do item, para que seus proponentes devidamente credenciados participem da fase de lances.
- 6.3. Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará então as 03 (três) melhores, para que seus proponentes devidamente credenciados participem da fase de lance.
- 6.4. As licitantes classificadas, nos termos dos subitens anteriores, farão nova disputa, agora por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do proponente da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.
- 6.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).
- 6.5.O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.
- 6.5.1. Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo (a) Pregoeiro (a).
- 6.5.2.O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 segundos.
- 6.6. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados do valor do menor lance registrado.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 6.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 6.9. Se 02 (duas) ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de classificação.
- 6.10. O Critério de julgamento adotado será o de menor preço do item conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.10.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 7.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 7.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 7.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao da licitante vencedora, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 7.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas na legislação pertinente.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em 1 ª (primeiro) lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, decidindo quanto a sua aceitabilidade.



CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documentos, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro(a), destacamse os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.2. O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes definido o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 8.8.2. A negociação será realizada em nova sessão pública, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de proposta de menor preço/maior desconto do item, e o valor estimado da contratação.
- 8.10. Em havendo apenas 01 (uma) oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 8.11. Sendo aceitável a oferta de proposta de menor preço/maior desconto do item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.2. Habilitação jurídica:

- 9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.2.2. Em se tratando de MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI –, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.2.5. No caso de ME ou EPP: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME e EPP, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI;



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 9.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ –
- 9.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional;
- 9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452/1943;
- 9.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 9.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- 9.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei:
- 9.3.9. Declaração, conforme **Anexo VI**, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII da Constituição da Federal de 1988 CF/88.
- 9.3.10. Caso o licitante detentor da proposta de menor preço/maior desconto do item seja qualificado como ME e EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4. Qualificação econômico-financeira

9.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

- 9.5. A licitante poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral CRC –, emitido pelo Poder Executivo Municipal de Santana do Manhuaçu-MG, desde que esteja dentro do prazo de validade, o qual substituirá, no todo ou em parte, os documentos habilitatórios neste Edital.
- 9.6. No caso de não constar no CRC algum documento relacionado neste Edital, a licitante deverá fazer constar no envelope de habilitação, original ou cópia autenticada, sob pena de inabilitação.
- 9.7. O (A) Pregoeiro (a) poderá efetuar consulta no CRC, para fins de aferição de dados omissos no CRC.
- 9.8. O licitante enquadrado como MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nacional nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.9. Os documentos serão apresentados em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor(a) público(a) da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise.
- 9.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.11. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.
- 9.11.1. Caso o (a) Pregoeiro (a) não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, a licitante será intimada a encaminhar, no prazo de 02(duas)horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como ME e EPP, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar Nacional nº 123/2006.
- 9.12. Uma vez apresentado, nenhum documento ou envelope será devolvido aos licitantes, salvo os originais por cópias reprográficas autenticadas substituídas.
- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como ME e EPP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

- 9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como ME e EPP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar Nacional nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, ou, ainda, por aplicativo de mensagem instantânea, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarada à vencedora, qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá a (o) Pregoeiro (a) verificar a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado a licitante declarada vencedora, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco)dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05(Cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 13.3.1. Será incluído na Ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993;

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) da data de sua assinatura, prorrogável na forma do § 1º do art. 57 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 14.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.
- 14.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato Administrativo ou aceitar o

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 14.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato Administrativo ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.
- 14.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN -, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 14.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15. DO PREÇO

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993 e no Decreto Municipal nº 05, 05 de Janeiro 2009.

16. ENTREGA E DO **RECEBIMENTO DO** OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência,

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. As sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.santanadomanhuacu@yahoo.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Major Custódio, nº. 96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuaçu, estado de Minas Gerais.
- 20.3. Caberá(o) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a (o) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.7. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://santanadomanhuçu.mg.gov.br/, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Rua Major Custódio, nº 96, Centro, Santana do Manhuaçu-MG, nos dias úteis, no horário das <u>08h:00min.</u> às <u>17h:00min.</u> mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 21.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.9.1 ANEXO I Termo de Referência;
- 21.9.2 ANEXO II Modelo de Credenciamento;
- 21.9.3 ANEXO III Modelo de Declaração de Habilitação;
- 21.9.4 ANEXO IV Modelo de Proposta
- 21.9.5 ANEXO V Modelo de Declaração de ME e EPP
- 21.9.6 ANEXO VI Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII da CF/88.
- 21.9.7 ANEXO VII Ata de Registro de Preços;
- 21.9.8 ANEXO VIII Minuta de Termo de Contrato;

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

Santana do Manhuaçu - MG, 07 de Dezembro de 2022.

EMANUELLE BAIA SOARES SILVA

Pregoeiro Oficial

FRANCISCO DE PAULO FREITAS

Prefeito Municipal

RAPHAEL RODRIGUES DE SOUZA SILVA

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Santana do Manhuaçu/MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, inclusive as estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	VALOR MAXIMO ACEITÁVEL
1.	60	UNID.	Bola de futebol campo com as seguintes especificações: peso 420-445g; circunferência 68,5-69,5 cm; 8 gomos; laminado PU-PRO; Construção termotec; câmara 6d; sistema de forro termofixo; camada interna neogel; processo extra dupla colagem; miolo cápsula sis.	R\$ 11.700,00
2.	60	UNID.	Bola de futebol de campo costurada, confeccionada em PU com miolo substituível, câmara de butil, com peso entre 410 a 450 gramas e circunferência entre 68 e 70 cm.	R\$ 11.320,00
3.	20	UNID.	Bola de futebol campo pesando 410-450G; com circunferência 68-70Cm; 32 gomos; laminado Microfibra; construção DOUTEC HIBRIDA (mão); sistema de forro triaxial e miolo Cápsula SIS.	R\$ 3.773,40
4.	20	UNID.	Bola futebol campo com peso 420-445G; circunferência 68,5-69,5 CM; 14 gomos; laminado ECOKNIT; construção Termotec; câmara 6D; sistema de forro Termo fixo; camada interna Neotec; processo extra Dupla colagem e miolo Cápsula SIS.	R\$ 4.840,00
5.	20	UNID.	Bola de futebol de campo, nº 04 - infantil	R\$ 3.173,40



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

	1		aceture de à mão Mismafilmo 22 servicio	
			costurada à mão - Microfibra - 32 gomos -	
			Circunferência: 64 - 66 cm - Peso: 360 -	
			390g - Câmera Airbility, borracha butílica, -	
			Miolo Slip System Removível e	
			Lubrificado.	
			Luva para goleiro com material da palma	R\$ 721,65
6	05	PAR	Látex natural, dorso em material Neoprene	
6.	03	PAR	e corte da curva curve fit, indicada para	
			gramado natural.	
			Bola de futsal com as seguintes	
			especificações: peso 400-440g;	
			circunferência 62-64 cm; 8 gomos	
7.	50	UNID.	laminado; confeccionada em PU termotec;	R\$ 13.700,00
/ .	30	CIVID.	câmara 6d; sistema de forro termofixo;	πψ 13.700,00
			camada interna neogel processo extra; dupla	
			colagem; miolo cápsula sis.	D# 4.10 c.co
			Bola de voleibol sua circunferência é de 65	R\$ 4.186,60
8.	20	UNID.	a 67 cm; peso 260 a 280 g; A pressão	
			interior da bola deve ser de 0,300 a 0,325	
			ing/cm2 ou de 0,426 a 0,461 Lbs.	
			Bola de handebol masculino bola h31 pro.	R\$ 1.793,35
			peso: 425-475g circunferência: 58-60 cm	
0	05	LIMID	gomos: 32 laminados: PU pró construção:	
9.	05	UNID.	costurado à mão câmara: airbility sistema de	
			forro: triaxial camada interna: evacel miolo:	
			removível	
			Bola de futebol de areia com circunferência	R\$ 1.736,00
			entre 68 e 70 centímetros; peso: 410-440g	11,750,00
			gomos: 8 laminados: PU pró construção:	
10.	08	UNID.	termotec câmara: 6d sistema de forro:	
			termofixo camada interna: neogel processo	
			extra: dupla colagem miolo: cápsula sis.	D. 0. 1. 0. 1. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0.
			Bola de basquetebol peso: 600-650g	R\$ 1.040,00
			circunferência: 75-78 cm gomos: não há	
11.	04	UNID.	laminado: borracha construção: vulcanizada	
			câmara: 6d sistema de forro: termofixo	
			miolo: cápsula sis.	
			Peteca com base de borracha, de cor	R\$ 1.080,00
			branca/cor diversas; presilha polipropileno	
12.	40	UNID.	"PP", Composição: Penas de Ganso e	
			Borracha Dimensões Aproximadas	
			(AxLxP): 24x7x7	
			Rede Futebol de campo oficial com as	R\$ 12.590,00
13.	10	PAR	seguintes dimensões: 7,50m na largura,	12.570,00
15.	10	1711	2,50m de altura, 0,60m de recuo superior e	
			2,50m de andra, 0,00m de recub superior e	



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			2,00m de recuo inferior; Malha (distância	
			entre nós): 15x15cm; Fio: Confeccionada	
			no fio 6mm em Nylon 100% virgem.	
14.	02	PAR	Rede (campo de futebol) oficial, fio 8, fio de seda, medidas de 7,50 metros de largura x 2,50 metros de altura x 2,00 metros de recuo superior x 2,00 metros de recuo inferior; Malha (distância entre nós): 15x15cm;. (caixote).	R\$ 3.759,37
15.	06	PAR	Rede Futebol de campo oficial com as seguintes dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 0,60m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior;Malha (Distância entre nós): 15x15cm;confeccionada no fio 6mm em seda.	R\$ 11.974,02
16.	1.200	MT²	Rede de proteção fio 04, malha 15x15, confeccionada Material nylon 100% virgem para campo de futebol. Largura X comprimento a ser definido no ato do pedido.	R\$ 12.192,00
17.	1000	MT²	Rede de proteção fio 04, malha 8x8, confeccionada Material nylon 100% virgem para quadra de esporte.	R\$ 11.860,00
18.	04	PAR	Rede de voleibol em nylon, fio 6, medindo 1m de largura X 6m de comprimento, com uma faixa horizontal de 7cm de largura.	R\$ 834,68
19.	02	PAR	Rede de basquetebol seda 5mm; confeccionada em fio 5,0 de polipropileno (seda) de alta resistência;malha de 7,0cm; tamanho: 0,45cm de diâmetro, 0,50cm de comprimento.	R\$ 106,66
20.	06	PAR	Rede de futsal, medindo 3,20m de largura por até 2,10m de altura, com até 0,60 centímetros de recuo superior e 100 centímetros de recuo inferior. Confeccionadas em fio de sede de 8,0mm e malha 12X12 entre nós.	R\$ 4.146,00
21.	08	UNID.	Bomba de ar para encher bola, Composição Plástico; com Mangueira e Agulha de metal rosqueável, action.	R\$ 378,64
22.	200	UNID.	Colete em poliéster dupla face de ótima qualidade.	R\$ 5.800,00
23.	15	UNID.	Jogo de camisa completo futebol de campo ADULTO (camisa, calção e meião) personalizado em transfer, com /21 Unid.	R\$ 38.950,05



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			Sendo 20 linhas, mais o uniforme de	
			goleiro. CAMISA: manga curta ou	
			comprida, com numeração frente e verso,	
			composição: 100% poliéster, com	
			tecnologia dry-confort; SHORT: com	
			numeração na frente, composição 100%	
			poliesterdry-confort; MEIÕES:	
			composição: 52% poliamida,31%	
			algodão,11% poliéster e 6% elastotieno.	
			Jogo de camisa completo futebol de campo	R\$ 2.483,33
			INFANTIL (camisa, calção e meião)	
			personalizado em transfer, com /21 Unid.	
			Sendo 20 linhas, mais o uniforme de	
			goleiro. CAMISA: manga curta ou	
			comprida, com numeração frente e verso,	
24.	10	UNID.	composição: 100% poliéster, com	
			tecnologia dry-confort; SHORT: com	
			numeração na frente, composição 100%	
			poliesterdry-confort; MEIÕES :	
			composição: 52% poliamida,31%	
			algodão,11% polie poliéster, 6% elastotieno	
			- Tamanho a ser definido no ato do pedido.	
25.	100	UNID.	SHORT: com numeração na frente,	R\$ 3.297,00
23.	100	UINID.	composição 100% poliesterdry-confort;	
			MEIÕES: composição: 52%	R\$ 2.280,00
26.	100	Par	poliamida,31% algodão,11% poliéster, 6%	
			elastotieno.	
			Garrafa térmica com capacidade de 12	R\$ 714,68
			litros, conservação térmica 10hs, isolamento	
27.	04	UNID.	térmico espuma de pu/pp, material externo	
41.	04		plástico, sistema de servir torneira, uso	
			esportivo. 3 pés para sustentação externa	
			inferior da garrafa.	
			Medalha retangular com tamanho de 50 mm	R\$ 2.620,00
28.	200	UNID.	X 60 mm, centro de 35 mm, cor dourada ou	
			prata, fundida em liga metálica de Zomak.	
			Medalhas esportivas (honra ao mérito) de	R\$ 794,00
29.	200	UNID.	3,6 cm em alto relevo, cor dourada e com	
			fita de cetim com 35 cm. Rema.	
			Troféu medindo 160 cm de altura, base	R\$ 5.093,36
			preta de madeira, com estágios e colunas	
20	00	TIMIT	douradas, componentes pratas no meio dos	
30.	08	UNID.	tubos, águias nas laterais das bases, uma	
			taça prata com alças dourada medindo 49	
			cm de largura á partir das alças. Acima uma	
	I	ı	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			coroa dourada, e estatueta intercambiável,	
			confeccionado em plástico injetado	
			poliestireno e Plaqueta em latão para	
			gravação.	
			Troféu medindo 94 cm de altura, base preta	R\$ 2.906,64
			de madeira, com estágios de 4 colunas	
			douradas, entre as colunas estatueta	
31.	08	UNID.	intercambiável, águias nos cantos das bases,	
31.	08	UNID.	acima taça dourada com 20 cm de largura á	
			partir das alças, confeccionado em plástico	
			injetado poliestireno e Plaqueta em latão	
			para gravação.	
			Troféu medindo 61cmde altura, base	R\$ 1.425,00
			redonda vermelha, 44cm de circunferência,	
			11 cm de acima do cone dourado, com taça	
32.	15	UNID.	medindo 45 cm de largura a partir das alças,	
32.	13	UNID.	acima componente vermelho,	
			confeccionado em plástico injetado	
			poliestireno e plaqueta em latão para	
			gravação.	
			Troféu medindo 52cm de altura, base	R\$ 1.129,95
			redonda vermelha, 44cm de circunferência,	
			11 cm de acima do cone dourado e anel	
22	1.5	LIMID	vermelho, com taça medindo 45 cm de	
33.	15	UNID.	largura a partir das alças, acima componente	
			vermelho, confeccionado em plástico	
			injetado poliestireno e plaqueta em latão	
			para gravação.	
			Troféu medindo 60 cm de altura, base preta	R\$ 1.189,95
			com 11 cm de largura, 7 cm de altura, acima	
			cone dourado e taça azul ou verde, aro da	
24	15	UNID.	taça e alças dourada, com 37 cm de largura,	
34.	15	UNID.	a partir das alças, estatueta intercambiável,	
			confeccionado em plástico injetado	
			poliestireno e Plaqueta em latão para	
			gravação.	
			Troféu medindo 50 cm de altura, base preta	R\$ 1.009,95
			com 11 cm de largura, 7 cm de altura, acima	
			cone dourado e taça azul ou verde, aro da	
35.	15	UNID.	taça e alças dourada, com 37cm de largura,	
33.	13	UNID.	a partir das alças, estatueta intercambiável,	
			confeccionado em plástico injetado	
			poliestireno e Plaqueta em latão para	
			gravação.	
36.	20	UNID.	Troféu com altura de 18 cm, base retangular	R\$ 633,40



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			com 20,50 cm de largura, metalizado na cor	
			dourada ou prata. Estatueta de bola de	
			futebol metalizado na cor dourada ou prata,	
			com 7 cm. Estatueta intercambiável entre	
			jogador de futebol, goleiro e chuteira.	
			Plaqueta em latão para gravação.	
27	06	IOCO	Jogo de cartão para Árbitro com uma case	R\$ 110,58
37.	06	JOGO	em plástico e um mini lápis.	·
			Apito árbitro FIFA profissional esportes	R\$ 498,64
			uma única dupla câmera de design que	
			produz 2 diferentes frequências altas. Feito	
38.	08	UNID.	de material abs, descrições: 3.74 khz e 4.10	
			khz mix, alta frequência, tornando a	
			qualidade do som de alta intensidade e a	
			grande distância.	
			Cronometro modelo vl-512; dimensões: 7,5	R\$ 701,36
39.	08	UNID.	x 6,5 x 2,5 cm; plástico 52g modelo ts-	
37.		OIVID.	1809; peso40g; 7,5 cm altura e 6,5 cm	
			comprimento.	
			Bolsa térmica massagista com6 bolsos nas	R\$ 668,00
40.	04	UNID.	laterais, 2 bisnagas para fluídos (250ml), e	
40.	04	UNID.	um isopor. Confeccionada em poliéster	
			estilo nylon.	
41.	06	UNID.	Bolsa fardamento de futebol compatível	R\$ 673,98
71,	00	OIVID.	com 01 (um) jogo de uniforme completo	
42.	04	UNID.	Conjunto de Uniforme completo de trio de	R\$ 781,32
72.	04	ONID.	arbitragem com tecido Poliéster	
			Bandeira para arbitragem Quadriculada,	R\$ 1.445,28
43.	16	UNID.	tecido impermeável empregado para a	
тэ.	10	ONID.	confecção de bandeira e com as medidas de	
			40 x 40 cm contendo duas cores.	
			Cone padrão ABNT, que possua uma base	R\$ 2.499,90
			quadrada que possa proporciona uma maior	
44.	30	UNID.	estabilidade; além de duas faixas reflexivas	
77.	30	UNID.	que permite cor laranja com refletivo	
			branco, medindo 750x390x390, com peso	
			total de 3,1 kg.	
45.	30	UNID.	Cones com barreiras para treinamento,	R\$ 2.630,10
45.	30	UNID.	medindo 50 cm coloridos.	
46.	30	UNID.	Conescombarreiraspara treinamento, medindo	R\$ 2.010,00
40.	30	UNID.	23 cm coloridos.	
			Conjunto de bandeirinha para escanteio,	R\$ 2.476,00
47.	04	VITC	com astes em PVC com diâmetro de 25mm;	
4/.	04	KITS	Material da bandeira Poliéster, com altura	
			de 1,50 + 27cm da base, e molas em metal	
	•	•		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU ESTADO DE MINAS GERAIS



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

			zincado (flexível) - kits com 4 unidade.	
			Baralho em cartão 290gms com as seguintes	R\$ 268,30
			especificações; tamanho da carta: 89.0 x	
			57.0mm <u>n° de Cartas</u> : 55 cartas: (52+2	
48.	10	CAIXA	curingas + carta garantia) <u>Cartão</u> : Couche,	
46.	10	CAIAA	290 GRS naipe convencional. Acabamento:	
			Verniz atóxico. Embalagem: Caixa com 12	
			unidades, com celofane e fitilho para	
			abertura.	
			R\$ 224.346,68	

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Considerando que tal aquisição se pauta na necessidade de manter o incentivo a prática de esportes, proporcionando melhor qualidade de vida aos munícipes.
- 2.2. Faz-se necessário a abertura de procedimento para aquisição do objeto ora licitado, sendo o mesmo essencial para o incentivo e andamento das ações de promoção prática de esportes junto a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de nosso município.
- 2.3. Solicita-se a aquisição amparada por ata registro de preços, a qual permite a esta Secretaria realizar suas aquisições em consonância com as demandas surgidas, e serem as necessidades de previa manifestação orçamentária, salvaguardando-se de qualquer excesso, quando desnecessário, além de se conseguir melhores condições para aquisição através do procedimento licitatório realizado com maior número de interessados na comercialização dos mesmos.
- 2.4. Os produtos, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, que garanta a boa qualidade dos produtos ofertados a custos mais reduzidos.
- 2.5. A vigência da Ata de Registro de Preços será 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.
- 2.6. As quantidades deste objeto, são estimadas, servem como meras norteadoras do consumo real, não vinculando o CONTRATANTE à solicitação total do quantitativo estimado.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de fornecimentos comuns por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

4.1. O desembolso fará mediante rubrica de dotação orçamentária: 02010.1339200282.065 31901300000 (FICHA 335) **FONTE** 1500000000000, 02010.13392200182.054 33903000000 (FICHA 330) **FONTE** 1500000000000, 02010.2781200182.154 33903000000 (FICHA 360) **FONTE** 1500000000000, 02014.2781300151.020 33903000000 (FICHA 430) **FONTE** 1500000000000, 02015.1339100081.006 33903000000 (FICHA 433) FONTE 1500000000000, conforme Estimativa Orçamentária e Financeira a ser emitida pela área competente e autorizada por Leonam Marques Baia CRC Nº MG-116986/0.

5. O TIPO DE LICITAÇÃO

5.1. A licitação deverá ser do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entregados materiais é de 48 (Quarenta e oito horas), contados da data da A.F (Autorização de Fornecimento), em remessas parceladas, e conforme solicitações e endereços solicitados na A.F (Autorização de Fornecimento).
- 6.2. A entrega do objeto deverá ser realizada no endereço Rua Major Custodio, nº.96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuaçu/MG.
- 6.3. Os produtos deverão estar em plena validade, quando for o caso, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes. A(s) empresa(s) vencedora(s) dos produtos será(ão) responsável(is) pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações constantes desse Termo. Durante o prazo de garantia dos produtos o fornecedor fica obrigado a substituir o produto defeituoso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

- 6.4. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3. A Administração poderá realizar pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei Ordinária Nacional nº. 8.078/1990, denominado Código de Defesa do Consumidor CDC;
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.2. A Contratada, por si, seus agentes ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

Contratante, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Contratante o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. Nos termos do art. 67 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

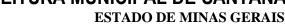
12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 12.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitação será efetuado mensalmente, pela Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, por processo legal, em até 30 (Trinta) dias úteis após o recebimento da nota/fiscal/fatura.
- 12.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei Ordinária Nacional nº. 8.666/1993, poderão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei Ordinária Nacional nº. 8.666/1993.
- 12.2. Os pagamentos à Contratada somente serão realizadas mediante a efetiva entrega dos bens nas condições estabelecidas, o que poderá ser comprovado por meio de atestado no documento fiscal correspondente.
- 12.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. O pagamento devido pelo Contratante será efetuado por meio ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratante, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal ou na fatura, a Contratada dará a Contratante plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 12.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros, quando devidos, ou cobrados diretamente da Contratada.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

- 12.9. Deverão ser excluídas do faturamento todas e quaisquer ocorrências que não forem de responsabilidade da Contratante, assim como aquelas que não correspondem a serviços efetivamente prestados ou reembolsos devidos.
- 12.10. Os documentos comprobatórios dos pagamentos relativos a tributos, encargos ou contribuições de responsabilidade da contratada, deverão ser enviados a Contratante mensalmente.
- 12.11. A Contratada deverá apresentar ao gestor/fiscal do contrato, até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a correspondente nota fiscal ou fatura, acompanhada da planilha analítica de faturamento.
- 12.12. A nota fiscal ou fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias ou previdenciárias.
- 12.13. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pela Contratante serão calculados *pro rata die*, pelo período da efetiva prestação dos serviços. Nos demais meses, os encargos da efetiva prestação dos serviços serão cobrados considerando-se o mês de 30 (trinta) dias.
- 12.14. Quando do término do contrato, a liberação dos pagamentos das notas fiscais ou das futuras relativas aos últimos meses de prestação de serviços somente ocorrerá mediante a plena e cabal comprovação do cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato, apresentação de todos os documentos exigidos, correção de todas as eventuais pendências apuradas, demonstração da utilização das parcelas repassadas a título de aviso prévio ou multa fundiária e comprovação da efetiva quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias ou decorrentes de normas coletivas.
- 12.15. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.
- 12.16. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 12.18. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 12.20. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 12.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.22. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei.

13. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.
- 13.2. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 02 de Janeiro de 2023 e encerramento com o prazo de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1°, da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 13.3. Tal contrato será assinado em Dezembro de 2022, mas com início de vigência conforme item 13.2.

14. AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993 e da Lei Nacional nº 10.520/2002, a Contratada que:



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.1.6. não mantiver a proposta.
- 14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.3.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.3.6. impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até cinco anos;
- 14.3.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, as empresas e os profissionais que:
- 14.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

14.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,

observando-se o procedimento previsto na Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, e

subsidiariamente a Lei Ordinária Nacional nº 9.784/1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a

gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano

causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1. A Contratante e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-

financeiro do contrato, nos termos da alínea " d" inciso II do art. 65 da Lei

Ordinária Nacional nº. 8.666/1993, por repactuação precedida de cálculo e

demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios

estabelecidos em planilha de custos e formação de preços e tendo como limite a média

dos preços encontrados no mercado em geral.

15.2. A Contratante reversa para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso

implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei

Ordinária Nacional nº. 8.666/1993.

15.3. Qualquer tolerância por parte da Contratante, no que tange ao cumprimento das

obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em

alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas

as cláusulas deste contrato e podendo a Contratante exigir o seu cumprimento a

qualquer tempo.

Santana do Manhuaçu – MG, 07 de Dezembro de 2022.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022. ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A									
_, pess	oa jurídica d	e direito	privado,	devid	amente	inscrita	no	CNPJ	J nº
								,	com
sede			na					rua/av.	/praça
								_,	n°.
	, complem	ento		,	bairro				,
cidade de				, est	tado de				,
por	intermédio		de	seu		represent	tante		legal,
senhor(a)									
,	devidamente	ins	scrita	no	CPI	F so	ob	0	n°.
				,	CRED	ENCIA p	oara pa	ırticipar	deste
Pregão	Presencial	para	Registro	de	Preços	s n°.	049/	2022,	o(a)
senhor(a)	•							,	
	nte ins								n°.
					nos tern	nos do Ed	ital.		
Por ser ve	erdade, firmamo	os a prese	ente.						
			de		202	2.			
	arimbo do repr								



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022 ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A								
, pes	soa jurídica de	e direito priva	do, devid	lamente	inscrita	no	CNPJ	n°
								com
sede		na					rua/av./	praça
								n°.
	, complemen	nto	,	bairro _				,
cidade de			, est	ado de _				,
por	intermédio	de	seu	r	epresenta	inte]	legal,
senhor(a)								
,	devidamente	inscrita	no	CPF	so	b	0	n°.
			,	DECLAI	RA que o	ump	re plenan	nente
os requisi	tos de habilitaçã	io e entregará o	os envelop	es conten	ndo a ind	icaçã	o do obj	eto e
do preço o	oferecidos (incise	o VII do art. 4°	da Lei Ord	dinária Na	acional n	°. 10.	520/2002	2).
Por ser ve	rdade, firmamos	a presente.						
		, de	:	2022.				
Nome e ca	arimbo do repres	sentante legal						



NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

CPF/CNPJ:

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022 ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CIDADE: UF:								
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de								
material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer								
de Santana	do Manhu	açu/MG, co	onforme especificações contidas no	Termo de Refer	ência, conforme			
condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.								
ITEM	QUANT	UNID.	PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.	60	UNID.	Bola de futebol campo com as seguintes especificações: peso 420-445g; circunferência 68,5-69,5 cm; 8 gomos; laminado PU-PRO; Construção termotec; câmara 6d; sistema de forro termofixo; camada interna neogel; processo extra dupla colagem; miolo cápsula sis.	R\$	R\$			
2.	60	UNID.	Bola de futebol de campo costurada, confeccionada em PU com miolo substituível, câmara de butil, com peso entre 410 a 450 gramas e circunferência entre 68 e 70 cm.	R\$	R\$			
3.	20	UNID.	Bola de futebol campo pesando 410-450G; com circunferência 68-70Cm; 32 gomos; laminado Microfibra; construção DOUTEC HIBRIDA (mão); sistema de forro triaxial e miolo Cápsula SIS.	R\$	R\$			
4.	20	UNID.	Bola futebol campo com peso 420-445G; circunferência 68,5-69,5 CM; 14 gomos; laminado ECOKNIT; construção Termotec; câmara 6D; sistema de forro Termo fixo; camada interna Neotec; processo extra Dupla colagem e miolo Cápsula SIS.	R\$	R\$			
5.	20	UNID.	Bola de futebol de campo, nº 04 - infantil Costurada à mão - Microfibra - 32 gomos - Circunferência: 64 - 66 cm	R\$	R\$			



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			- Peso: 360 - 390g - Câmera Airbility, borracha butílica, - Miolo Slip System Removível e Lubrificado.		
6.	05	UNID.	Luva para goleiro com material da palma Látex natural, dorso em material Neoprene e corte da curva curve fit, indicada para gramado natural.	R\$	R\$
7.	50	UNID.	Bola de futsal com as seguintes especificações: peso 400-440g; circunferência 62-64 cm; 8 gomos laminado; confeccionada em PU termotec; câmara 6d; sistema de forro termofixo; camada interna neogel processo extra; dupla colagem; miolo cápsula sis.	R\$	R\$
8.	20	UNID.	Bola de voleibol sua circunferência é de 65 a 67 cm; peso 260 a 280 g; A pressão interior da bola deve ser de 0,300 a 0,325 ing/cm2 ou de 0,426 a 0,461 Lbs.	R\$	R\$
9.	05	PAR	Bola de handebol masculino bola h31 pro. peso: 425-475g circunferência: 58-60 cm gomos: 32 laminados: PU pró construção: costurado à mão câmara: airbility sistema de forro: triaxial camada interna: evacel miolo: removível	R\$	R\$
10.	08	PAR	Bola de futebol de areia com circunferência entre 68 e 70 centímetros; peso: 410-440g gomos: 8 laminados: PU pró construção: termotec câmara: 6d sistema de forro: termofixo camada interna: neogel processo extra: dupla colagem miolo: cápsula sis.	R\$	R\$
11.	04	MT²	Bola de basquetebol peso: 600-650g circunferência: 75-78 cm gomos: não há laminado: borracha construção: vulcanizada câmara: 6d sistema de forro: termofixo miolo: cápsula sis.	R\$	R\$
12.	40	PAR	Peteca com base de borracha, de cor branca/cor diversas; presilha polipropileno "PP", Composição: Penas de Ganso e Borracha Dimensões Aproximadas (AxLxP): 24x7x7	R\$	R\$
13.	10	PAR	Rede Futebol de campo oficial com as seguintes dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 0,60m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior; Malha (distância entre nós): 15x15cm; Fio: Confeccionada no fio 6mm em Nylon 100% virgem.	R\$	R\$



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			Dada (compo de fertebal) effectel fil 0	D¢	D¢
			Rede (campo de futebol) oficial, fio 8,	R\$	R\$
			fio de seda, medidas de 7,50 metros de		
14.	02	PAR	largura x 2,50 metros de altura x 2,00 metros de recuo superior x 2,00 metros		
			de recuo inferior; Malha (distância		
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
			entre nós): 15x15cm;. (caixote).		
			Rede Futebol de campo oficial com as seguintes dimensões: 7,50m na		
			largura, 2,50m de altura, 0,60m de		
15.	06	UNID.	recuo superior e 2,00m de recuo	R\$	R\$
13.	00	UNID.	inferior; Malha (Distância entre nós):	KΦ	Kφ
			15x15cm;confeccionada no fio 6mm		
			em seda.		
	1.200	UNID.	Rede de proteção fio 04, malha 15x15,	R\$	R\$
	1.200	ONID.	confeccionada Material nylon 100%	Ι	Ιζφ
16.			virgem para campo de futebol. Largura		
10.			X comprimento a ser definido no ato		
			do pedido.		
	1000		Rede de proteção fio 04, malha 8x8,		
17.	1000	UNID.	confeccionada Material nylon 100%	R\$	R\$
			virgem para quadra de esporte.	i i	, '
			Rede de voleibol em nylon, fio 6,	R\$	R\$
10	0.4	LIMILD	medindo 1m de largura X 6m de	i i	, '
18.	04	UNID.	comprimento, com uma faixa		
			horizontal de 7cm de largura.		
			Rede de basquetebol seda 5mm;	R\$	R\$
			confeccionada em fio 5,0 de		
19.	02	UNID.	polipropileno (seda) de alta		
1).	02	OINID.	resistência; malha de 7,0cm; tamanho:		
			0,45cm de diâmetro, 0,50cm de		
			comprimento.		
			Rede de futsal, medindo 3,20m de	R\$	R\$
			largura por até 2,10m de altura, com		
20.	06	UNID.	até 0,60 centímetros de recuo superior		
		0112	e 100 centímetros de recuo inferior.		
			Confeccionadas em fio de sede de		
			8,0mm e malha 12X12 entre nós.	De	DΦ
21	00	LIMIT	Bomba de ar para encher bola,	R\$	R\$
21.	08	UNID.	Composição Plástico; com Mangueira		
			e Agulha de metal rosqueável, action.	D¢	D¢
22.	200	UNID.	Colete em poliéster dupla face de	R\$	R\$
			ótima qualidade.	D¢	D¢
			Jogo de camisa completo futebol de	R\$	R\$
			campo ADULTO (camisa, calção e meião) personalizado em transfer, com		
			/21 Unid. Sendo 20 linhas, mais o		
			uniforme de goleiro. CAMISA:		
23.	15	UNID.	manga curta ou comprida, com		
			numeração frente e verso, composição:		
			100% poliéster, com tecnologia dry-		
			confort; SHORT: com numeração na		
			frente, composição 100% poliesterdry-		
	1	1	policitud	<u>I</u>	1



CNPJ: 18.385.146/0001-68

			confort; MEIÕES : composição: 52%		
			poliamida,31% algodão,11% poliéster		
			e 6% elastotieno.		
24.	10	UNID.	Jogo de camisa completo futebol de campo INFANTIL (camisa, calção e meião) personalizado em transfer, com /21 Unid. Sendo 20 linhas, mais o uniforme de goleiro. CAMISA: manga curta ou comprida, com numeração frente e verso, composição: 100% poliéster, com tecnologia dry-	R\$	R\$
			confort; SHORT: com numeração na frente, composição 100% poliesterdry-confort; MEIÕES : composição: 52% poliamida,31% algodão,11% polie poliéster, 6% elastotieno – Tamanho a ser definido no ato do pedido.		
25.	100	UNID.	SHORT: com numeração na frente, composição 100% poliesterdry-confort;	R\$	R\$
26.	100	UNID.	MEIÕES: composição: 52% poliamida,31% algodão,11% poliéster, 6% elastotieno.	R\$	R\$
27.	04	UNID.	Garrafa térmica com capacidade de 12 litros, conservação térmica 10hs, isolamento térmico espuma de pu/pp, material externo plástico, sistema de servir torneira, uso esportivo. 3 pés para sustentação externa inferior da garrafa.	R\$	R\$
28.	200	UNID.	Medalha retangular com tamanho de 50 mm X 60 mm, centro de 35 mm, cor dourada ou prata, fundida em liga metálica de Zomak.	R\$	R\$
29.	200	JOGO	Medalhas esportivas (honra ao mérito) de 3,6 cm em alto relevo, cor dourada e com fita de cetim com 35 cm. Rema.	R\$	R\$
30.	08	UNID.	Troféu medindo 160 cm de altura, base preta de madeira, com estágios e colunas douradas, componentes pratas no meio dos tubos, águias nas laterais das bases, uma taça prata com alças dourada medindo 49 cm de largura á partir das alças. Acima uma coroa dourada, e estatueta intercambiável, confeccionado em plástico injetado poliestireno e Plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
31.	08	UNID.	Troféu medindo 94 cm de altura, base preta de madeira, com estágios de 4 colunas douradas, entre as colunas estatueta intercambiável, águias nos	R\$	R\$



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

			cantos das bases, acima taça dourada com 20 cm de largura á partir das alças, confeccionado em plástico injetado poliestireno e Plaqueta em latão para gravação.		
32.	15	UNID.	Troféu medindo 61cmde altura, base redonda vermelha, 44cm de circunferência, 11 cm de acima do cone dourado, com taça medindo 45 cm de largura a partir das alças, acima componente vermelho, confeccionado em plástico injetado poliestireno e plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
33.	15	UNID.	Troféu medindo 52cm de altura, base redonda vermelha, 44cm de circunferência, 11 cm de acima do cone dourado e anel vermelho, com taça medindo 45 cm de largura a partir das alças, acima componente vermelho, confeccionado em plástico injetado poliestireno e plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
34.	15	UNID.	Troféu medindo 60 cm de altura, base preta com 11 cm de largura, 7 cm de altura, acima cone dourado e taça azul ou verde, aro da taça e alças dourada, com 37 cm de largura, á partir das alças, estatueta intercambiável, confeccionado em plástico injetado poliestireno e Plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
35.	15	UNID.	Troféu medindo 50 cm de altura, base preta com 11 cm de largura, 7 cm de altura, acima cone dourado e taça azul ou verde, aro da taça e alças dourada, com 37cm de largura, á partir das alças, estatueta intercambiável, confeccionado em plástico injetado poliestireno e Plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
36.	20	UNID.	Troféu com altura de 18 cm, base retangular com 20,50 cm de largura, metalizado na cor dourada ou prata. Estatueta de bola de futebol metalizado na cor dourada ou prata, com 7 cm. Estatueta intercambiável entre jogador de futebol, goleiro e chuteira. Plaqueta em latão para gravação.	R\$	R\$
37.	06	UNID.	Jogo de cartão para Árbitro com uma case em plástico e um mini lápis.	R\$	R\$
38.	08	KITS	Apito árbitro FIFA profissional esportes uma única dupla câmera de	R\$	R\$



CNPJ: 18.385.146/0001-68

			design que produz 2 diferentes frequências altas. Feito de material abs, descrições: 3.74 khz e 4.10 khz mix, alta frequência, tornando a qualidade do som de alta intensidade e a grande distância.		
39.	08	UNID.	Cronometro modelo vl-512; dimensões: 7,5 x 6,5 x 2,5 cm; plástico 52g modelo ts-1809; peso40g; 7,5 cm altura e 6,5 cm comprimento.	R\$	R\$
40.	04	UNID.	Bolsa térmica massagista comó bolsos nas laterais, 2 bisnagas para fluídos (250ml), e um isopor. Confeccionada em poliéster estilo nylon.	R\$	R\$
41.	06	UNID.	Bolsa fardamento de futebol compatível com 01 (um) jogo de uniforme completo	R\$	R\$
42.	04	UNID.	Conjunto de Uniforme completo de trio de arbitragem com tecido Poliéster	R\$	R\$
43.	16	UNID.	Bandeira para arbitragem Quadriculada, tecido impermeável empregado para a confecção de bandeira e com as medidas de 40 x 40 cm contendo duas cores.	R\$	R\$
44.	30		Cone padrão ABNT, que possua uma base quadrada que possa proporciona uma maior estabilidade; além de duas faixas reflexivas que permite cor laranja com refletivo branco, medindo 750x390x390, com peso total de 3,1 kg.	R\$	R\$
45.	30		Cones com barreiras para treinamento, medindo 50 cm coloridos.	R\$	R\$
46.	30		Conescombarreiraspara treinamento, medindo 23 cm coloridos.	R\$	R\$
47.	04		Conjunto de bandeirinha para escanteio, com astes em PVC com diâmetro de 25mm; Material da bandeira Poliéster, com altura de 1,50 + 27cm da base, e molas em metal zincado (flexível) - kits com 4 unidade.	R\$	R\$
48.	10		Baralho em cartão 290gms com as seguintes especificações; tamanho da carta: 89.0 x 57.0mmnº de Cartas: 55 cartas: (52+2 curingas + carta garantia) Cartão: Couche, 290 GRS naipe convencional. Acabamento: Verniz atóxico. Embalagem: Caixa com 12	R\$	R\$



CNPJ: 18.385.146/0001-68

			unidades, com celofane e fitilho para abertura.		
TOTAL FI	R\$				

OBSERVAÇÃO: Todos os produtos deverão conter MARCA, para fins de atestar sur qualidade e identificação.
PRAZO DE VALIA: 60 (sessenta) dias, de 2022.
Nome e carimbo do representante legal



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022. PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022. ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A						
_, pessoa jurídica	de direito	privado,	devidamente	inscrita	no Cl	NPJ nº
					······································	com
sede		na			rua	/av./praça
					,	n°.
, com	plemento		, bairro			,
cidade de			, estado de	:		 ,
por interm	nédio	de	seu	represent	ante	legal,
senhor(a)					,	
devidamente	inscrita	no	CPF	sob	O	n°.
				_, DECLA	RA para	fins que
se fizerem necessár	rios, que se e	nquadra c	omo Microemj	presa – Ml	E – ou En	npresa de
Pequeno Porte – E	PP – (art. 3°	da Lei Co	mplementar Na	acional nº.	123/2006)), estando
apta a usufruir dos	benefícios e	vantagens	legalmente ins	stituídas po	or não se e	enquadrar
em nenhuma veda	ção legalme	nte impos	ta (§ 4° do a	rt. 3° da	Lei Comp	olementar
Nacional nº. 123/20	006).					
Por ser verdade, fir	mamos a pres	ente.				
	_	de	201	22		



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022 PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022 ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO D INCISO XXXIII DA CF/88.

A						
, pessoa jurídica	de direito	privado,	devidamente	inscrita	no C	NPJ nº
					 ,	com
sede		na			rua/	/av./praça
					,	n°.
, comple	emento		, bairro			,
cidade de			, estado de			,
por interméd	io d	e	seu	representant	te	legal,
senhor(a)					,	
devidamente			CDE			n°.
				, DECLAR	A para	fins que
se fizerem necessários	s, que não er	nprega me	enor de dezoi	to anos em 1	trabalho	noturno,
perigoso ou insalubre	e não empr	ega meno	or de deze	sseis anos	em	qualquer
trabalho, salvo na co	ondição de a	aprendiz a	partir de 14 a	nos.		
Por ser verdade, firma	mos a presen	te.				
	,	de	202	2.		
				_		
Nome e carimbo do re	presentante l	egal				



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 144/2022 PREGÃO PRESENCIAL − SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022 ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022

O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 18.385.146/0001-68, com sede na Rua Major Custódio, nº. 96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuaçu, estado de Minas Gerais, neste ato representado (a) pelo, Senhor Francisco de Paulo Freitas, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 550.548.466-20, considerando o julgamento do Processo Administrativo de Licitação Pública n. º 144/2022, na modalidade de Pregão Presencial nº. 049/2022, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n. º05, de 05 de Janeiro de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Santana do Manhuaçu/MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Especificados nos itens1 a 43do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão nº.023/2021, que é parte integrante desta, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
do	romeedor (razao sociai, ervis/ivir, enderego, contatos, representante)
TR	



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

	Especificaç	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor	Valor
X	ão	(se exigida no	(se exigido no			Unitário	Total
		edital)	edital)				

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua data de assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração Pública promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Nacional nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em XX(XX) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santana do Manhuaçu-MG, XX de XXX de 2022.

Representante (s) legal (is) do (s) fornecedor (s) registrado (s)



CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº144/2022. PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2022. ANEXO VIII

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2022

O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 18.385.146/0001-68, com sede na Rua Major Custodio, nº. 96, bairro Centro, cidade de Santana do Manhuaçu, estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor Francisco de Paulo Freitas, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 550.548.466-20, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) XX, inscrito (a) no CNPJ sob o nº XX, com sede na Rua XX, nº. XX, bairro XX, cidade de XX, estado de XX, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº XX, neste ato representado (a) pelo (a) XX, devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº XX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 144/2022 na modalidade Pregão Presencial — Sistema de Registro de Preços nº. 049/2022, em observância às disposições da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, da Lei Ordinária Nacional nº 10.520/ 2002 e na Lei Ordinária Nacional nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor — CDC —, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material esportivo para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Santana do Manhuaçu/MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.1. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MEDIDA		
1					

* **

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 - 1149.

2			
•••			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato Administrativo tem início na data de sua assinatura e encerramento no período de 12 meses, prorrogável na forma do § 1º do art. 57 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 2.2. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 02 de Janeiro de 2023 e encerramento com o prazo de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1°, da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 2.3. Tal contrato será assinado em Dezembro de 2022, mas com início de vigência conforme item 2.2.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRECO

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato Administrativo é de R\$ XX (XX).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, 02010.1339200282.065 31901300000 (FICHA 335) FONTE 1500000000000,02010.13392200182.054 33903000000 (FICHA 330) FONTE 150000000000, 02010.2781200182.154 33903000000 (FICHA 360) FONTE 150000000000, 02014.2781300151.020 33903000000 (FICHA 430) FONTE 150000000000, 02015.1339100081.006 33903000000 (FICHA 433) FONTE 1500000000000, para o exercício de 2022.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital, mais precisamente no Termo de Referência.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Nacional nº 8.666/1993.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.5. As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no edital.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, sendo o prazo de entrega é de 48 (Quarenta e oito), horas contados da data da A.F (Autorização de Fornecimento), em remessas parceladas, e conforme solicitações e endereços constantes na A.F (Autorização de Fornecimento).
- 7.2. Os produtos deverão estar em plena validade, quando for o caso, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes. A(s) empresa(s) vencedora(s) dos produtos será(ão) responsável(is) pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações constantes desse Termo. Durante o prazo de garantia dos produtos o fornecedor fica obrigado a substituir o produto defeituoso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68
Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

- 11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.
- 11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993, na Lei Ordinária Nacional nº 10.520/2002 e demais normas nacionais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Ordinária Nacional nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.



2-

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.385.146/0001-68 Rua Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373 – 1149.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Manhuaçu-MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme § 2º do art. 55 da Lei Ordinária Nacional nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Santana do Manhuaçu – MG,XX de XX de 2022.						
	_					
Responsável legal da CONTRATANTE						
Responsável legal da CONTRATADA						
TESTEMUNHAS:						
1-						